Iluminação inteligente: A chave para a poupança de energia

28 de Novembro, 2022

Por: Miguel Allen Lima, CEO da ARQUILED

Os municípios devem apostar na iluminação pública inteligente que permite não só reduzir o consumo de energia em cerca de 70%, como também beneficiar de os mecanismos de poupanças partilhadas, eliminando o estrangulamento financeiro que as autarquias vivem presentemente com a escalada dos custos de energia.

A escalada da subida de preços da atual conjuntura, a par de um inverno pouco chuvoso, que tem limitado a produção hídrica de eletricidade, mais o encerramento de centrais a carvão, torna Portugal ainda mais dependente da importação de eletricidade para suprir as suas necessidades energéticas, afetando a economia em geral, empresas, consumidores e administração pública.

Olhando para este último sector, em particular onde os gastos com iluminação pública, por parte dos municípios portugueses representam mais de 30% do consumo total, podendo ultrapassar os 50%, percebe-se por que razão a iluminação pública constitui não apenas uma das principais fontes de consumo elétrico nas autarquias, mas também um encargo financeiro por vezes incomportável.

Ora sendo conhecido que a transição para iluminação LED inteligente permite poupar cerca de 70% do consumo, mantendo e até melhorando a qualidade da iluminação, diríamos que está aqui a solução. É que além de conseguirem equilibrar as contas e reduzir a exposição ao risco da tarifa da eletricidade, com a transição para iluminação inteligente as autarquias contribuem também para uma considerável redução das emissões de CO2.

E aos benefícios financeiros e ambientais da transição para tecnologia LED inteligente soma-se ainda o aumento da qualidade da iluminação pública, com consequências benéficas ao nível da saúde dos cidadãos sem que a segurança da via pública, refira-se, seja de alguma forma comprometida.

Mudar para Iluminação Inteligente a custo zero

Reconhecidas as vantagens da transição para a iluminação inteligente, resta debruçarmo-nos sobre o seu financiamento. Felizmente, devido à legislação sobre eficiência energética, há hoje formas de os municípios beneficiarem destas poupanças, sem investimento inicial e com garantia de redução da fatura energética, tendo somente de partilhar as poupanças energéticas geradas com o parceiro privado que assume o risco do financiamento dos projetos – referimo-nos ao modelo de financiamento ESE (Empresas de Serviços Energéticos), que tem vindo a ser aproveitado pelos autarcas de norte a sul do país, como são os casos da Moita e de Valongo, só para mencionar alguns.

Quer isto dizer que, o condicionalismo financeiro não é justificação válida para a manutenção de uma rede de iluminação pública ultrapassada e que contribui decisivamente para o estrangulamento das finanças dos municípios.

Está, pois, na hora de reduzirmos a nossa dependência energética e a nossa pegada carbónica.

Este artigo foi incluído na edição 96 da Ambiente Magazine